

***Weltliteratur* e nacionalismos na história da literatura comparada**

Daniel Moutinho Souza (Mestrando, UFRJ)

Resumo: *Os conceitos de nação e nacionalismo surgiram na virada do século XVIII para o XIX, na esteira das revoluções burguesas na Europa e dos movimentos de independência no Novo Mundo. Nesse contexto o autor alemão Goethe cunhou, nos anos 1820, o conceito de Weltliteratur, “literatura mundial”, que foi interpretado de diversas formas desde então. Este trabalho pretende investigar como as formulações sobre a Weltliteratur têm acompanhado o desenvolvimento da Literatura Comparada como disciplina acadêmica – primeiro como estudos dualistas de fontes e influências entre literaturas de países distintos, e mais recentemente como um diálogo entre culturas –, bem como as transformações na própria ideia de nação no mundo pós-colonial.*

Palavras-chave: literatura comparada, nacionalismo, disciplina acadêmica.

Abstract: *The concepts of nation and nationalism emerged on the turn from the XVIIIth to the XIXth century, when bourgeois revolutions were occurring in Europe and American countries were becoming independent. In this context German author Goethe created, in the 1820s, the concept of Weltliteratur, “world literature”, which has been interpreted in various ways ever since. This paper aims at investigating how formulations over Weltliteratur have accompanied the development of Comparative Literature as an academic discipline – first as dual studies of sources and influences between literatures of different countries and, more recently as a dialogue of cultures –, as well the changes in the very idea of nation in the postcolonial world.*

Keywords: Comparative Literature, Nationalism, Academic Discipline.

1 INTRODUÇÃO

A literatura comparada firmou-se como disciplina no século XIX, mesmo momento histórico em que o Estado-nação tornou-se a forma de organização política preponderante e em que surgiram e se espalharam as ideologias nacionalistas. Foi naquele contexto, por volta de 1830, que o autor alemão Jonathan von Goethe cunhou o termo *Weltliteratur*, comumente traduzido como “literatura mundial”.

Os três conceitos – literatura comparada, nação/nacionalismo e *Weltliteratur* – têm mantido estreita relação. Desde então, todos sofreram transformações, adaptações, releituras, atualizações, mas permaneceram interconectados. Este trabalho procurará averiguar a forma como ocorreu essa trajetória, tomando como base uma divisão em três

períodos: as origens (século XIX); a fase clássica do comparatismo, polarizada entre as escolas francesa, norte-americana e soviética (até a década de 1960); e a contemporaneidade, marcada pelos estudos culturais e pós-coloniais.

O século XIX é frequentemente descrito como o “século da ciência”, devido às mudanças no olhar lançado sobre o mundo e sobre a humanidade. Novos métodos e novas ciências surgiram, e diversos nomes da época contribuíram decisivamente para o conhecimento científico, entre eles Auguste Comte, Charles Darwin, Karl Marx, Émile Durkheim, Sigmund Freud.

Tome-se o exemplo da História, campo do conhecimento existente desde a Antiguidade grega e que só passou a ter status de ciência, com metodologia própria, no século XIX. Novais & Forastieri (2011, p.9) atribuem esse marco ao surgimento das “outras” ciências sociais – sociologia, antropologia –, obrigando os historiadores a delimitar não o seu campo de atuação, que continuou sendo qualquer atividade humana considerada digna de estudo, mas a sua abordagem metodológica, até mesmo para distinguir-se delas. A filosofia positivista de Auguste Comte, com a clássica (hoje contestada) separação entre sujeito e objeto do conhecimento, foi definitiva para tal: passou a ser possível lançar um olhar objetivo sobre a própria condição humana. Marx, por sua vez, empreendeu uma análise minuciosa da história econômica da humanidade empregando o “materialismo dialético” – as condições materiais da sociedade determinavam, segundo ele, o pensamento e a ideologia, numa sucessão de modos de produção ao longo dos séculos. Durkheim fundou a sociologia em busca da descrição científica das formas de organização social. Darwin e Freud também revolucionaram a época ao redimensionarem, respectivamente, a origem e o comportamento do homem em teorias científicas que desafiavam o conhecimento religioso então vigente. Foram, portanto, diversos autores que moldaram o caráter científico do século XIX, descrito por certo personagem do contista norte-americano Edgar Allan Poe como “um século de maravilhas”.

2 AS ORIGENS DO NACIONALISMO E DO COMPARATISMO

Os historiadores Ernest Renan, Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, em épocas distintas e com uso de metodologias também diferentes, concordam em localizar a “nação” como uma construção histórica que emerge a partir do final do século XVIII e se firma no cenário mundial no seguinte.

Em sua famosa conferência proferida em 1882, Renan (1996, p.46) define a nação como “une âme, un principe spirituel”¹. Isto é, não se pode conceituá-la somente a partir de suas características políticas, institucionais. O alsaciano refuta seis elementos que, em sua época, eram considerados decisivos para a ideia de nação: a presença de uma casa dinástica, as unidades racial, linguística e religiosa; “interesses comuns” (que a ele lembram tratados comerciais) e limites geográficos. Alguns desses atributos ajudam a caracterizar a nação, mas não encerram seu conceito. Pois os fatores decisivos, para Renan, são o passado compartilhado e “le désir de vivre ensemble, la volonté de continuer à faire valoir l’heritage qu’on a reçu indivis” (*Ibid.*, p.46). Daí sobrevém a ideia de que “l’existence d’une nation est (...) un plebiscite de tous les jours, comme l’existence de l’individu est une affirmation perpétuelle de vie”² (*Ibid.*, p.48). Ressalte-se que não apenas o fator afetivo é posto em relevo, como a comparação é feita com a própria existência do indivíduo, como se Renan nos lembrasse que, sem cada um de seus habitantes, a ideia de nação não poderia sobreviver.

Por outro lado, os discursos sobre o surgimento do nacionalismo como sentimento e, posteriormente, como ideologia, não são consensuais. Hobsbawm (1990), tal qual Renan, centra sua análise no continente europeu, mas indaga a origem do nacionalismo a partir da realidade econômica, em conformidade com a metodologia marxista. Sua análise revela que os aspectos refutados por Renan como definidores da nação eram correntes no século XIX, de maneira que o francês parece estar respondendo a esse pensamento.³ Acerca do período entre 1830 e 1880, Hobsbawm (1990, pp.49-50) destaca três critérios necessários para que um povo fosse reconhecido como nação: 1- “associação histórica com um Estado existente” ou “de passado recente e razoavelmente durável”, ainda que não se defina o que seja “recente” ou que duração é “razoável”; 2- uma “elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito”; 3- a “capacidade para a conquista”, uma vez que “não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência coletiva como povo”.

A título de exemplo, um desses textos, “o *Dictionnaire Politique* de Garnier-Pagès de 1843 pensava ser ‘ridículo’ que a Bélgica ou Portugal quisessem ser nações independentes, dado seu visível pequeno tamanho” (*Ibid.*, p.42). Pelos critérios das

¹ “uma alma, um princípio espiritual”. Tradução nossa.

² “o desejo de viver junto, a vontade de fazer valer a herança indivisa que recebemos”; “a existência da nação (...) é um plebiscito diário, assim como a existência de um indivíduo é a afirmação perpétua da vida”. Tradução nossa.

³ Ver, em especial, HOBBSAWM (1990), p.108 (etnicidade) e pp.118-20 (língua, etnia, geografia).

teorizações recentes, a observação soa absurda, na medida em que fronteiras geográficas e, indiretamente, o aspecto econômico eram tomados como fatores fundamentais, senão únicos. Ainda de acordo com Hobsbawm, somente a partir das décadas finais do século XIX a questão da nacionalidade ganha relevo político:

De 1880 em diante o debate sobre a ‘questão nacional’ tornou-se sério e intenso, especialmente entre os socialistas, porque o apelo político dos *slogans* nacionais para as massas de votantes potenciais e reais, ou para os que apoiavam movimentos políticos de massa, era agora objeto de uma preocupação prática real. E o debate sobre questões tais como os critérios teóricos da nacionalidade tornaram-se apaixonados porque se acreditava que qualquer resposta particular implicava uma forma específica de estratégia, luta e programa político. (*Ibid.*, p.55)

É nesse contexto que se insere a conferência de Renan e se compreende seu vigor e rigor conceituais, sua tentativa de desvincular a ideia de nação de doutrinas racialistas, de ressaltar o caráter “miscigenado” de todas as nações europeias, na medida em que povos conquistadores e conquistados rapidamente se confundiam de maneira que em pouco tempo ninguém poderia ter certeza de sua origem exata:

Au X^e siècle, dans les premières chansons de geste, qui sont un miroir si parfait de l’esprit du temps, tous les habitants de la France sont des Français. L’idée d’une différence de races dans la population de la France (...) ne se présente à aucun degré... [Portanto] l’essence d’une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun et aussi que tous aient oublié bien des choses.”⁴ (*Ibid.*, p.18-20)

Esse “esquecimento” será lembrado, um século mais tarde, tanto por Benedict Anderson quanto por Homi Bhabha. Falaremos do teórico indiano mais adiante; por enquanto, fiquemos com o paradoxo enxergado por Anderson na frase de Renan: logo após afirmar que os cidadãos precisam esquecer muitas coisas, este cita dois exemplos de episódios da História da França que os franceses já “devem ter esquecido”: um do século XIII, outro do XVI, ambos sem explicações detalhadas, isto é, Renan “diz aos leitores que estes ‘já tinham esquecido’ o que as suas próprias palavras supunham que eles lembrariam naturalmente!” (ANDERSON, 2008, p.273). O detalhe é utilizado por ele não para criticar ou refutar o historiador oitocentista, mas para nortear a reflexão acerca do fenômeno nacionalista.

Anderson (*Id.*, p.29 e p.284) explicita, entre os objetivos de seu livro *Comunidades imaginadas*, explorar os conceitos de nação e nacionalismo nos aspectos em que a crítica marxista falhou e descentralizar o estudo deste tema para além do continente europeu. Ambos os aspectos diferenciam sua abordagem da de Eric

⁴ “No século X, as primeiras *chansons de geste*, que são um espelho perfeito do espírito da época, descreviam todos os habitantes da França como franceses. A ideia de uma diferença racial dentro da população francesa havia desaparecido completamente. [Portanto] a essência da nação é que os indivíduos possuem bastante em comum e que esqueceram muitas coisas”. Tradução nossa.

Hobsbawm. De fato, Anderson não apenas menciona vários exemplos asiáticos e africanos, como identifica o surgimento dos primeiros nacionalismos no continente americano, nos movimentos de independência.

É o nacionalismo *criollo* (*Ibid.*, pp.84-106), termo que identifica as pessoas de origem europeia (brancas) nascidas nas colônias hispânicas; estas gozavam de boa condição econômica e, em muitos casos, de instrução, mas não tinham acesso aos cargos mais prestigiados da administração colonial, reservados aos nascidos na metrópole. Assim, formavam a maior parte do corpo burocrático dessa administração. A crescente insatisfação com as restrições políticas, as “peregrinações” pela colônia a serviço do Estado e a expansão dos veículos impressos foram, segundo Anderson, as sementes espalhadas por essa elite *criolla* na América espanhola, e de forma análoga também na inglesa e portuguesa. A ausência de participação das classes inferiores é, portanto, fator coincidente dos processos de independência da grande maioria do continente americano entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX – vale lembrar que em muitos países grande parte dessa população excluída era de escravos. Outro elemento em comum, que contrasta com a descolonização da África e da Ásia, já no século XX, é a adoção não problemática da língua do colonizador – dimensão que extrapola o escopo deste estudo.

A nação, segundo Anderson, é “uma comunidade política imaginada – e *imaginada* como sendo intrinsecamente *limitada* e, ao mesmo tempo, *soberana*” (*Ibid.*, p.32, itálicos do autor). Limitada e soberana, porque reconhece que para além de suas fronteiras existem outros entes políticos que com ela não coincidem. “Imaginada” tem o sentido de que “seus integrantes jamais virão a conhecer seus ‘compatriotas’ mas ao mesmo tempo percebem seu vínculo para com eles” (*Ibid.*, p.32).

A caracterização da *nação* como “comunidade imaginada” se sustenta sobre três pilares (pp.39-70): 1- o fim das comunidades religiosas – que são imaginadas, mas se baseiam em uma língua sagrada compartilhada e não supõem unidade política ou territorial; 2- o declínio dos estados dinásticos – com soberania política mas sem unidade linguística, nem necessária integração entre os habitantes; e 3- a percepção do “tempo vazio e homogêneo”, conforme o conceito de História de Walter Benjamin, que permite ao homem experimentar a sensação de simultaneidade e é medido como sucessão de eventos pelo relógio, pelo calendário.

Desta maneira, a nação é uma construção cultural e política específica daquele momento histórico, resultado de “uma *interação mais ou menos casual, porém explosiva*, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma

tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana.” (*Ibid.*, p.78, grifo nosso). Isso significa que a nação não é um destino ou uma necessidade, tampouco uma construção estável, mas tão-somente a soma de fatores relativamente aleatórios; portanto sujeita a transformações e até mesmo ao desaparecimento.

A diversidade linguística evidentemente diferencia as comunidades; e o impulso dado à tecnologia da impressão pelo industrialismo capitalista nos séculos XVIII e XIX fez surgir o “capitalismo editorial” (“*print capitalism*”). A partir daí, os idiomas vernáculos se fixaram definitivamente na forma escrita e permitiram à parcela alfabetizada identificar-se (“imaginar-se”) com a população com a qual compartilhava essa língua. Além disso, o jornal e o romance, produzidos e divulgados sob essa lógica e nesse idioma, foram os principais veículos da percepção do “tempo vazio e homogêneo” (*Ibid.*, p.55 e seguintes). O primeiro, porque estabelecia a cronologia (“diário”, “semanário”) e ressaltava a simultaneidade dos acontecimentos, os quais muitas vezes não continham relação alguma entre si senão a coincidência temporal; e o último, pelo fato de muitas vezes também lidar com a simultaneidade, fato que não ocorria na epopeia, conforme Anderson (*Ibid.*, p.54 e 57-62) observa na teoria de Erich Auerbach.

Por fim, Anderson resume outras três inovações que, surgidas ou radicalmente transformadas no século XIX, contribuíram para a “imaginação” da nação: o censo, que corresponde à população; o mapa, que permitia a percepção do território – sinteticamente: “o censo preenchia politicamente a topografia formal do mapa” (*Ibid.*, p.240); e o museu, que constrói uma narrativa de passado compartilhado: os marcos históricos são “museificados, (...) reposicionados como insígnias de um Estado colonial *secular*” (*Ibid.*, p.250), ainda que se tratasse de uma nação neonata. A nação é, desse modo, uma conjunção de símbolos e não de elementos essencialistas – donde Homi Bhabha (1990) a considerará uma “narração”.

3 LITERATURA “GERAL”, “MUNDIAL” E “COMPARADA”

Diante do cenário cientificista do século XIX, é evidente que os estudos literários também sofreriam transformações. Em 1886, Hutcheson M. Posnett destacava que o método comparativo, como meio de adquirir conhecimento, é “tão antigo quanto o pensamento” (*in* COUTINHO & CARVALHAL (org.), p.15). Posnett revela clara influência do positivismo comtiano ao destacar o pensamento comparativo como “a grande glória do nosso século XIX” graças ao “progresso mecânico” (*Ibid.*, p.21), tanto quanto ao diferenciar sociedades “não civilizadas” de outras com diferentes “níveis de

civilização” (p.23). Posnett trata o estudo literário como prática científica – “as literaturas (...) são resultados concretos de causas que podem ser especificadas e descritas” (*Ibid.*, p.24) – e alerta que ele pode ser dificultado caso haja descompasso entre a evolução literária e a social de um povo. E apresenta alguns exemplos de estudos de fontes e influências internacionais como forma de “provar que influências externas (...) podem converter a literatura, fruto do grupo a que pertence, em algo exótico, merecedor de estudo científico somente como produto artificial indiretamente dependente da vida social” (*Ibid.*, p.22). Desta forma, ainda que distinga graus de desenvolvimento social a partir do progresso técnico-científico, Posnett antecipa o internacionalismo da literatura comparada e defende o estudo do contexto de produção na análise da obra literária, posição que nem sempre foi predominante.

Na fase clássica de consolidação da literatura comparada, as escolas formalistas e, um pouco mais tarde, estruturalistas, bem como o *New Criticism*, propuseram o estudo das obras literárias por si mesmas, dando pouca ou nenhuma importância ao contexto social, cultural e histórico em que eram produzidas. Os estudos comparados tinham-se tornado, na época de maior prestígio da escola francesa, compilações enciclopédicas, um trabalho detetivesco de investigação de fontes e influências entre autores e nações. Em 1931, o teórico francês Paul van Tieghem afirmava que a literatura comparada “não pretenderá de modo algum substituir as diversas histórias literárias nacionais; há de completá-las e uni-las; e, ao mesmo tempo, tecerá, entre eles e acima delas, as malhas de uma história literária mais geral” (*in* COUTINHO & CARVALHAL (org.), p.96). (Dado que, na obra de van Tieghem, “literatura geral” é utilizada no sentido de “nacional”, cabe o esclarecimento de que a expressão “mais geral” deve ser entendida como “mais abrangente”.)

Van Tieghem mantinha, portanto, o caráter eminentemente internacional da disciplina: cada nação estudaria sua literatura, e ao comparatismo caberia a função de complementá-las, através do exame de fontes e influências entre elas. Essa postura resume bem a proposta da escola francesa, que aparece também em autores como Baldensperger, Carré e Guyard, até o advento da crítica de René Wellek, que daria origem à escola norte-americana em 1958.

Wellek detecta na disciplina um “estado permanente de crise, pelo menos desde 1914” (*in* COUTINHO & CARVALHAL (org.), p.108), e sustenta duras críticas aos teóricos franceses: ao estudo das “fontes e influências” como base do comparatismo (p.111); à distinção, feita por van Tieghem, entre literatura “geral” (nacional) e comparada, pois, se a literatura comparada se restringe a estudos binários de “comércio

exterior” literário, ela se torna “uma mera subdisciplina que investiga dados acerca de fontes estrangeiras e reputações de escritores” (pp.109-10); e ao nacionalismo disfarçado de autores como Baldensperger. Segundo Wellek (*Id.*, pp, 112-3),

a literatura comparada surgiu como uma reação contra o nacionalismo limitado de muitos estudos do século XIX, como um protesto contra o isolacionismo de muitos historicistas da literatura. (...) Mas este desejo genuíno de servir como mediador e conciliador entre nações foi frequentemente encoberto e distorcido pelo nacionalismo fervoroso da situação e da época.

Nesse sentido, a literatura comparada estaria reforçando nacionalismos e não promovendo uma compreensão internacionalmente integrada do fenômeno literário; em outras palavras, contribuindo para o isolacionismo ao invés de criar as pontes que uniriam as diferentes literaturas, conforme teorizado por van Tieghem. Por isso Wellek (*Id.*, p.117) acreditava que as escolas formalistas e, principalmente, o New Criticism eram uma “reação comum contra o atomismo e o factualismo externos que ainda restringem o estudo da literatura comparada”.

3.1 ‘*Weltliteratur*’: uma literatura mundial?

A partir da década de 1960, a ideia de uma “literatura mundial” começa a surgir com frequência nos discursos sobre a literatura comparada. Diversos autores mencionam a *Weltliteratur* antevista por Goethe em 1827 como ponto de partida dessa reflexão, de modo que parece oportuno fazer uma revisão desse conceito.

O pesquisador norte-americano John Pizer transcreve trecho de um artigo de Goethe no jornal *Über Kunst und Altertum*, datado de 1827: “daß ich überzeugt sei, es bilde sich eine allgemeine Weltliteratur, worin uns Deutschen eine ehrenvolle Rolle vorbehalten ist.”⁵ (GOETHE *apud* PIZER, 2000, p.215).

É curioso que Goethe faça referência a um papel de destaque aos alemães nessa “literatura mundial”, numa época em que a Alemanha nem sequer formava um Estado-nação. Desse modo, ele parece antecipar a ideia de Wellek, de que as relações literárias internacionais serviriam para fortalecer nacionalismos. De qualquer modo, ele não foi o único em sua época a fazer tal previsão. Um ano antes, em 1826, Friedrich Schlegel afirmava que, “retiradas de seu contexto e encaradas como entidades separadas, que existem por si mesmas, as diversas porções nacionais de literatura moderna são inexplicáveis. Somente em relação umas às outras podem sua tonalidade e definição ser adequadamente avaliadas” (SCHLEGEL *apud* PRAWER, *in* COUTINHO &

⁵ “Estou convencido de que uma literatura mundial universal está em processo de constituição, na qual um papel de honra está reservado a nós, alemães.” Tradução nossa a partir da versão em inglês de John Pizer, presente no mesmo artigo.

CARVALHAL (org.), p.304). Percebe-se uma aproximação com a proposta da literatura comparada de explicar as literaturas nacionais a partir da interação com outras. Portanto, *Weltliteratur* e comparatismo estiveram ligados desde o princípio.

Ao longo do tempo, o ideal de Goethe recebeu diferentes interpretações, conforme anota S.S. Praver (*Ibid.*, pp.297-8): primeiro, escrever a história literária “numa base global (ou pelo menos europeia)”; segundo, para “designar ‘grandes livros’, ‘clássicos’, ‘o melhor que já se escreveu no mundo’”. Ambas as acepções têm a mesma limitação: centrar-se num ponto de referência exclusivamente eurocêntrico e partir de (ou criar) um conjunto de obras canônicas. O terceiro significado, de acordo com Praver, é o que mais interessa à literatura comparada: “uma consciência de tradições nacionais diferentes da de cada um de nós, uma abertura a obras escritas em outros países e em outras línguas, trânsito e troca entre as várias literaturas, que se igualariam a transações comerciais, e as suplementariam”. Nessa concepção, a literatura comparada se anunciava como projeto de diálogo entre culturas, que só se realizaria nas décadas seguintes.

Henri Remak (*in* COUTINHO & CARVALHAL (org.), pp.182-3, 190) se atém à segunda acepção, ao considerar o termo “pretensioso”: “a ‘literatura mundial’ em geral lida com literatura consagrada como grande pelo teste do tempo”. Porém, outros autores o adotam. Viktor Zhirmunsky cita carta de Goethe a Eckermann, segundo a qual *allgemeine Weltliteratur* seria “um comércio mais ou menos livre de bens espirituais” e que

se estenderia além de limites nacionais e absorveria tudo o que existisse de realmente valioso na cultura de todos os povos, em todos os níveis de desenvolvimento histórico. (...) No momento, a literatura nacional não tem muito valor. Estamos no umbral da era da literatura mundial, e cada um de nós deve trabalhar para apressar seu surgimento. (GOETHE *apud* ZHIRMUNSKY, *in* COUTINHO & CARVALHAL (org.), pp.211-2)

Mal começava a era dos nacionalismos e Goethe antevia sua superação. Zhirmunsky relaciona essa ideia a um trecho do *Manifesto Comunista* em que Marx e Engels identificam uma

interdependência universal de nações (...) tanto na produção material quanto na intelectual. As criações intelectuais de nações individuais tornam-se propriedade comum. [Parcialismo e estreiteza mentais nacionais se tornam cada vez mais impossíveis] e das numerosas literaturas locais e nacionais surge uma literatura mundial.⁶

⁶ MARX & ENGELS *apud* ZHIRMUNSKY, *in* COUTINHO & CARVALHAL (org.), p.211. O trecho editado por Zhirmunsky (entre colchetes, acima) foi complementado pela citação de Praver (*Ibid.*, p.304).

Tanto S.S. Prawer quanto François Jost (*Ibid.*, p. 304 e 340) retornam à mesma citação do *Manifesto* e corroboram a existência de interpretações divergentes sobre a *Weltliteratur*. Enquanto Prawer, tal qual Zhirmunsky, relaciona o conceito de Goethe ao ideal de Marx e Engels, Jost lê a *Weltliteratur* como “um conjunto de obras escolhidas de acordo com padrões estéticos, em vez de nacionalistas” – isto é, a segunda acepção de Prawer, das “grandes obras” – enquanto a proposição marxiana seria “a epítome do fenômeno literário considerado como um todo. Em outras palavras, é literatura comparada” (JOST, in COUTINHO & CARVALHAL (org.), p.340). Por isso, se para Jost (*Ibid.*, p.334), literatura comparada é “uma *Weltliteratur* orgânica; é um ‘relato’ articulado, histórico e crítico, do fenômeno literário visto como um todo”, então Marx e Engels estariam mais próximos de sua formulação do que o próprio Goethe.

O crítico francês Daniel Henri-Pageaux (2011, pp.24-5) refuta o sentido de *Weltliteratur* como cânone – “em nada se refere a uma vaga república cosmopolita das Letras, a um Panteão literário, à *world literature*, aos best-sellers mundialmente laureados ou às pretensas obras-primas da humanidade” – e vai mais longe ao denunciar o uso ideológico do conceito goethiano:

A literatura universal é um belo sonho que o velho Goethe teve no crepúsculo da vida – o qual foi amiúde retomado pelos comparatistas, para exaltarem seu alcance, envergadura e nobreza. (...) Reconheçamos que, ao mesmo tempo em que foi retomada, a noção se viu igualmente instrumentalizada. (*Ibid.*, p.24)

E, ao fazer isso, aponta Henri-Pageaux os caminhos da crítica e da teoria contemporâneas diante desse impasse.

4 LITERATURA NACIONAL E MUNDIAL NO PÓS-COLONIALISMO

Nas últimas décadas, parece que o comparatismo começou a cumprir a tarefa desse “relato articulado, histórico e crítico” postulado por Jost, num contexto teórico bastante diferente. Os movimentos pelos direitos civis e sociais de minorias e os estudos culturais e pós-coloniais passaram a valorizar a diversidade em detrimento da homogeneidade. A reformulação dos conceitos de nação e identidade é central nesse contexto.

A teórica norte-americana Susan Bassnett (1993, p.20) resume:

The term ‘comparative literature’ appeared in an age of transition. In Europe, as nations struggled for independence (...) and new nation states came into being, national identity (whatever that was) was inextricably bound up with national culture (however that was defined). (...) it is striking to note that even whilst ideas of universal literary roots were being discussed, along with

ideas about the spirit or soul of a nation, comparisons were being made that involved evaluating one culture higher than another.⁷

A análise da autora se concentra no período inicial da disciplina, conectando-a à delimitação das fronteiras entre nações (não apenas físicas, mas sobretudo culturais), ao lado da sustentação em valores pretensamente universais que sugeriam uma hierarquização cultural – tal como apresentado por Posnett, em seus “níveis de civilização”. O momento atual também é de transição, mas no sentido da dissolução de tais fronteiras nacionais e do reconhecimento da diferença. Conforme a observação de Stuart Hall (2006, p.8, grifo nosso),

um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens sociais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e *nacionalidade*, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.

Hall aponta a nacionalidade como um dos elementos reconfigurados na experiência contemporânea; talvez um dos mais importantes, a ponto de dedicar a ela todo um capítulo de seu estudo das identidades, afinal “a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um *sistema de representação cultural*” (*Ibid.*, p.49, itálico do autor); mas não dá conta de abranger toda a complexidade dessa experiência: “As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo do poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas” (*Ibid.*, p.65); em outras palavras, os diversos elementos que compõem nossas identidades individuais e coletivas se encontram em permanente negociação, sobressaindo ora uns, ora outros.

Para Hall, “uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (*Ibid.*, p.50), e “devemos pensá-las [as culturas nacionais] como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade.” (*Ibid.*, pp.61-2), isto é, que esconde as tensões e tende à homogeneização.

Essa ideia de “discurso”, que contribui para o reconhecimento da diferença, da heterogeneidade, converge tanto para a “comunidade imaginada” de Anderson quanto para a “narrativa da nação” de Homi Bhabha. Nas palavras de Bhabha (1990, pp.3-4,

⁷ “O termo ‘literatura comparada’ apareceu em uma época de transição. Na Europa, enquanto nações lutavam por independência (...) e novos Estados-nação surgiam, a identidade nacional (o que quer que isso fosse) estava intimamente ligada à cultura nacional (como quer que esta fosse definida). (...) É notável que, ainda que ideais de raízes literárias universais estivessem sendo discutidas, ao lado de ideias sobre o espírito ou alma de uma nação, comparações estavam sendo feitas de modo a avaliar umas culturas como superiores às outras.” Tradução nossa.

itálicos do autor), “the nation, as a form of cultural *elaboration* (...), is an agency of *ambivalent* narration that holds culture at its most productive position, as a force for ‘subordination, facturing, diffusing, reproducing, as much as producing, creating, forcing, guiding’.”⁸

A ambivalência da narrativa da nação, da maneira como Bhabha a desenvolve no ensaio “DissemiNation”, surge na tensão entre seu caráter performativo e o pedagógico. Este corresponde às formas como o discurso sobre a nação se reproduz socialmente, ao passo que o primeiro, às estratégias de criação da mesma:

In the production of the nation as narration there is a split between the continuist, accumulative temporality of the pedagogical, and the repetitious, recursive strategy of the performative. It is through this process of splitting that the conceptual ambivalence of modern society becomes the location of *writing the nation*.⁹ (BHABHA, 1994, p.209, itálicos do autor)

Essa tensão, por sua vez, promove uma cisão na própria homogeneidade com que se costumava tratar a identidade nacional, em consonância com o observado por Stuart Hall. As fraturas surgidas nessa unidade abrem espaço para as vozes daqueles historicamente marginalizados, que passam a querer ser ouvidos, a lutar pelo “direito de narrar”:

In keeping with the spirit of the ‘right to narrate’ as a means to achieving our own national or communal identity in a global world, demands that we revise our sense of symbolic citizenship, our myths of belonging, by identifying ourselves with the ‘starting-points’ of other national and international histories and geographies.¹⁰ (*Ibid.*, xx)

No sentido de permitir e garantir o discurso e a voz aos que sempre os tiveram negado, Bhabha retoma o “esquecimento” originário de Ernest Renan:

It is this forgetting – the signification of a minus in the origin – that constitutes the *beginning* of the nation’s narrative. (...) It is through this syntax of forgetting – or being obliged to forget – that the problematic

⁸ “a nação, como forma de *elaboração* cultural, é uma agência de narração *ambivalente* que se agarra à cultura em sua posição mais produtiva como uma força de ‘subordinação, fratura, difusão, reprodução, tanto quanto de produção, criação, força e orientação’.” Tradução nossa. As aspas no interior do trecho pertencem a Edward Said, em *The World, the Text and The Critic*. Cambridge: Harvard UP, 1983, p.171.

⁹ “Na produção da nação como narração há uma cisão entre a temporalidade continuísta, acumulativa do pedagógico, e as estratégias repetitivas, recorrentes da performatividade. É através desse processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o local da *escrita da nação*.” Tradução nossa.

¹⁰ “Conservar o espírito do ‘direito de narrar’ como um meio de alcançar nossa própria identidade nacional ou comunitária num mundo global requer que revisemos nosso senso de cidadania simbólica, nossos mitos de pertencimento, identificando-nos com os ‘pontos de partida’ de outras histórias e geografias nacionais e internacionais.” Tradução nossa.

identification of a national people becomes visible”¹¹ (*Ibid.*, p.230, itálico do autor)

Ao enfatizar a obrigação (“*doit avoir oublié*”) de esquecer, Bhabha observa a marginalização de discursos divergentes, reunidos sob um viés homogeneizador – e por isso, para ele, opressor. Daí a “cisão” na narrativa de nação permitir a emergência dessas vozes, alteridades que problematizam as identidades individuais e coletivas (relação homem/nação) e o tom otimista com que Bhabha refere-se à *Weltliteratur* goethiana:

Goethe suggests that the ‘inner nature of the whole nation as well as the individual man works all unconsciously’. When this is placed alongside his idea that the cultural life of the nation is ‘unconsciously’ lived, then there may be a sense in which world literature could be an emergent, prefigurative category that is concerned with a form of cultural dissensus and alterity, where non-consensual terms of affiliation may be established on the grounds of historical trauma. The study of world literature might be the study of the way in which cultures recognize themselves through their projections of ‘otherness’. Where, once, the transmission of national traditions was the major theme of a world literature, perhaps we can now suggest that transnational histories of migrants, the colonized, or political refugees – these border and frontier conditions – may be the terrains of world literature.¹² (*Ibid.*, p.17)

Uma vez mais, Daniel Henri-Pageaux corrobora esse ponto de vista: a partir da noção de “civilização mundial” de Claude Lévi-Strauss, afirma a “verdadeira dimensão mundial, universal, da literatura: ela pressupõe que a multiplicidade não venha a abolir a singularidade” (HENRI-PAGEAUX, 2011, p.25). Isto é: a plena aceitação da diversidade não é aquela que elimina a diferença, mas que a vê como elemento enriquecedor; em outras palavras, que ressaltam a relação com a proposta da literatura comparada: “A elucidação da diferença é uma atividade comparatista, não para efetivamente suprimi-la, mas sim para compreendê-la, ou seja para dominá-la sob um ponto de vista intelectual” (*Ibid.*, p.23).

¹¹ “É esse esquecimento – um sinal de subtração na origem – que constitui o início da narrativa da nação. (...) É através dessa sintaxe do esquecimento – ou de ser obrigado a esquecer – que a identificação problemática de um povo nacional se torna visível.” Tradução nossa.

¹² “Goethe sugere que ‘a natureza interior da nação como um todo, assim como do indivíduo humano, funcionam inconscientemente’. Quando se pensa isso em conjunto com sua ideia de que a vida cultural da nação é vivida ‘inconscientemente’, então talvez haja um sentido em que a literatura mundial poderia ser uma categoria emergente, pré-figurativa, interessada em uma forma de dissenso e alteridade cultural, em que termos não consensuais de filiação podem ser estabelecidas sobre as bases do trauma histórico. O estudo da literatura mundial poderia ser o estudo da maneira como as culturas reconhecem a si próprias através de suas projeções de ‘outridade’. Onde, antes, a transmissão de tradições nacionais era o tema central de uma literatura mundial, talvez possamos agora sugerir que histórias transnacionais de migrantes, colonizados, ou refugiados políticos – essas condições fronteiriças – podem ser os terrenos da literatura mundial.” Tradução nossa.

As consequências desse movimento para os estudos literários são enormes. Em primeiro lugar, o parâmetro central para se agrupar as obras deixa de ser a nação, devido a dois fenômenos interdependentes: o caráter “nacional” deixa de ser visto como algo homogêneo ao mesmo tempo em que as fronteiras linguísticas e culturais são questionadas. Nas palavras do pesquisador Eduardo Coutinho (2003, p,34), “blocos como Literatura Oriental, Africana ou Latino-Americana, instituídos pelos centros hegemônicos, revelaram-se como constructos frágeis, adquirindo uma feição nova, oscilante em conformidade com o olhar que o enfocasse.” O autor argumenta sobre a importância de o comparatismo abordar

as literaturas das diversas *nações, ou melhor, povos*, que integram o conjunto denominado América Latina, ou de grupos de regiões que extrapolam as fronteiras políticas entre as nações, mas mantêm fortes denominadores comuns decorrentes na maioria dos casos de fatores histórico-culturais ou geográficos. (*Ibid.*, pp-23-4, *itálico nosso*)

A análise volta-se para a América Latina mas pode ser estendida a outras regiões, sobretudo as colonizadas, periféricas no contexto geopolítico global. Essa perspectiva se coloca como um desafio ao estudioso na medida em que rejeita a nação como única forma de se pensar o *corpus* literário e possibilita novas abordagens e aceita como objeto formas culturais anteriormente rejeitadas pelos “centros hegemônicos” – muitas delas advindas de grupos sociais discriminados; estimula, portanto, a pluralidade e respeita e valoriza o *locus* discursivo não apenas da obra estudada, com também da crítica que a ela se faz, relativizando-se como constructo discursivo também.

Desta maneira, diante de fronteiras conceituais fluidas e campos de estudo pouco – ou jamais – explorados, a literatura comparada se renova como disciplina plural e proponente de um diálogo entre textos, idiomas e culturas diversas.

CONCLUSÕES

No século XIX, enquanto a nação se firmava como forma de organização político-social, moldava-se também o conceito de “literatura nacional” como traço distintivo de um povo, não somente através da consolidação do idioma, mas também da criação de uma identidade comum “imaginada”. Era a época de ouro do romance, forma narrativa que Benedict Anderson relaciona à própria ideia de nação.

O teórico alemão Hans-Robert Jauss (1994, p.5) observa que, naquele século,

escrever a história de uma literatura nacional era considerado o apogeu da carreira de um filólogo. Os patriarcas da história da literatura tinham como meta suprema apresentar, por intermédio da história das obras literárias, a ideia da individualidade nacional a caminho de si mesma.

Eduardo Coutinho reflete essa realidade ao aproximar o discurso político oitocentista com o literário: “ambos se empenham em um projeto comum, o da constituição do estado nascente; daí sua grande preocupação com a língua e os temas nacionais” (COUTINHO, 2003, p.46). Nesse contexto se inscreve o conceito goethiano de *Weltliteratur*, o qual simultaneamente reconhece a crescente troca de informações culturais e busca a afirmação da literatura, da língua e da cultura germânicas quando não havia ainda a própria nação alemã.

Nas décadas de surgimento e desenvolvimento da literatura comparada, esse ideal de Goethe foi reinterpretado de modos diversos. O momento em que o estudo de fontes e influências predominou teve como efeito colateral a comparação entre culturas, procurando demonstrar certa superioridade de umas em relação às outras e, dessa forma, fortalecendo nacionalismos. A *Weltliteratur* foi então entendida como uma espécie de cânone: as grandes obras forjadas pelo espírito humano, os “clássicos imortais”, que possuíam valor estético inquestionável, símbolos das nações e idiomas em que foram produzidas.

Somente mais adiante a *Weltliteratur* seria entendida sob o signo da pluralidade. É a fase dos estudos multiculturalistas e pós-coloniais, que pretendem integrar discursos até então marginalizados. A partir daí, a literatura comparada se torna consciente da importância do respeito à diversidade e a *Weltliteratur* finalmente ganha seu contorno “mundial”, uma vez que até então vinha sendo pensada tão-somente no universo europeu.

A crescente intensidade das trocas econômicas e culturais decorre do progresso técnico do homem. É uma realidade que se acelera do século XIX aos nossos dias. Nesse percurso, a trajetória desse conceito, cunhado por Goethe entre 1827 e 1830, revela algo da própria história da literatura comparada como disciplina. Um desejo internacionalista se mistura com afirmação nacionalista. Uma intenção de demarcação de território da nação, ou uma vontade imperialista de afirmar-se superior, ou uma busca do outro, do diferente, como forma de diálogo, aprendizado e enriquecimento. Cada momento desses últimos 180 anos escolheu a sua maneira de ler a *Weltliteratur*, e não deixa de ser reconfortante que rumemos na direção desta última.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BASSNETT, Susan. *Comparative Literature: A critical introduction*. Oxford: Blackwell, 1993.
- BHABHA, Homi K. *The location of culture*. London, Routledge, 1994.
- _____. “Introduction: narrating the nation”. In: BHABHA, Homi K. (ed.). *Nation and narration*. London: Routledge, 1990.
- CORSE, Sarah M. “Introduction: cultural fields and literary use.” In: _____. *Nationalism and literature: The politics of culture in Canada and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- COUTINHO, E.F. *Literatura comparada na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed.Uerj, 2003.
- COUTINHO, E.F. & CARVALHAL, T.F. *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HENRI-PAGEAUX, D. *Musas na encruzilhada: ensaios de literatura comparada*. São Paulo: HUCITEC, 2011.
- HOBBSAWM, Eric. *Nação e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JAUSS, H.R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- NOVAIS, F. & FORASTIERI, R. “Apresentação”. In: NOVAIS, F.A. & FORASTIERI, R. (org.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- PIZER, John. Goethe’s “World Literature” paradigm and contemporary cultural globalization. In: *Comparative Literature*, Vol.52, N. 3 (Summer, 2000). Eugene, OR: University of Oregon, 2000. pp.213-227. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1771407>. Acesso em 06.abr.2014.
- RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation? / What is a nation?* Toronto: Tapir Press, 1996.